



AS VARIEDADES DO JAPONÊS NAS ARTES DO PE. JOÃO RODRIGUES TÇUZU

Eliza Atsuko Tashiro
(FCLAs-UNESP)

A proposta desta pesquisa foi fazer um estudo historiográfico da produção lingüística dos missionários europeus sobre a língua japonesa nos séculos XVI e XVII, dirigindo nosso foco para os modos de percepção e de descrição da diversidade dialetal e socioletal da língua.

Para uma amostra do tipo de tratamento a que a diversidade lingüística no Japão foi submetida pela tradição descritiva missionária, baseamo-nos, neste trabalho, em dois manuais gramaticais publicados pela imprensa missionária, a *Arte da Lingoa de Iapam* (1608) e a *Arte Breve da Lingoa Iapoa* (1620). No entanto, fazemos referências também ao *Vocabulario da Lingoa de Iapam* (1603) com o intuito de estabelecer uma correlação no nível do léxico.

Apresentamos, portanto, um levantamento das formas de registro e descrição das variedades lingüísticas nas referidas *Artes* e um estudo sobre o tratamento que a documentação imprimiu à diversidade lingüística do japonês.

1. O 'século cristão' japonês

Primeiramente, exporemos de forma breve o 'século cristão' japonês, período em que foi travado o primeiro encontro dos europeus com o Japão.

Enquanto os europeus renascentistas lançavam-se para o além-mar, liderados pelos ibéricos, em busca de novos produtos e mercados e conquistavam terras e povos, do outro lado do mundo, o pequeno arquipélado do Extremo Oriente vivia um período de incessantes batalhas entre os senhores de 'feudos'. Nesse momento, chegaram os portugueses (a data provável da primeira chegada é 1543) e, junto com eles, os missionários cristãos. Se na época os europeus chegaram a pensar na conquista da China, nunca tal idéia foi considerada em relação aos japoneses (Boxer 1989). O Japão, na época, estava dividido em vários 'feudos' como bem atesta o jesuíta João Rodrigues (1561-1633): os 68 'feudos' estavam agrupados em 8 'províncias', como se pode ver no Quadro 1. A chegada dos primeiros europeus ao Japão coincidiu com a projeção, no cenário político e social, de homens ambiciosos e aventureiros, crenes na própria capacidade e indiferentes a qualquer outra autoridade. Eles protagonizaram a unificação do país sob um poder central forte e inauguraram uma fase de paz e estabilidade que perdurou do início do século XVII até o fim do século XIX.

A missão jesuítica no Japão iniciou-se quando o Pe. Francisco Xavier (1506-1522) desembarcou naquele arquipélado em 1549 e estendeu-se até 1639, ano em que o governo militar do clã Tokugawa proibiu definitivamente a entrada de navios portugueses em seus domínios. A entrada de navios espanhóis fora proibida antes, em 1624. Embora a permanência desses europeus tivesse sido curta, o catolicismo conheceu uma rápida e intensa propagação.

Ainda na Índia, o Pe. Xavier entusiasmou-se com o que contara um naufrago japonês chamado Anjro. Segundo ele, os seus compatriotas e todos os pagãos da Ásia Oriental seguiam uma lei religiosa que, sabemos hoje, tratar-se do budismo. Assim, Xavier desembarcou no Japão vislumbrando a conversão do soberano de todo o Japão e de seus seguidores ao cristianismo. Apesar de sua curta estada, pois retornou a Goa em 1522, as impressões deixadas por Xavier sobre o Japão seriam, posteriormente, decisivas para definir a forma de atuação dos missionários jesuítas no país. Ele percebeu a importância dos navios mercantes portugueses para atrair os senhores de 'feudos' do Japão. Sentiu enorme dificuldade com a língua japonesa e considerou-a "criada pelo demônio para impedir a conversão dessa gente" (Sette 1991: 17)

O domínio da língua local sempre foi a preocupação dos jesuítas nas suas missões. No caso do Japão, o Pe. Melchior Nunes Barreto (1520-1571), Vice-Provincial da Índia, escreveu ao Provincial de Portugal uma carta, em 1553, na qual diz: “Os que vamos para o Japão havemos de ter muito cuidado de saber muito bem a língua, porque é grande meio para – assim como nós os outros padres que vierem de Portugal para o Japão podermos muito frutificar, dando nos Deus Nosso Senhor aquela graça e espírito que para empresa de nós manda requerer” (Catz 1983: 37).

O sucesso da pedagogia jesuítica, segundo Harnish (1980), é resultado da originalidade, para a época, da *Ratio Studiorum* e do sistema administrativo integrado, próprio da Companhia de Jesus. Mas chamou a atenção dos jesuítas a atividade dos protestantes, principalmente na Alemanha, pela busca de uma educação mais fundada no espírito humanista e evangélico e, também voltada à juventude, o que provocou a construção e reforma de numerosas escolas. Para fazer frente a tal nível de cultura e de ensino dos protestantes, a Companhia de Jesus precisava “antes de tudo colocar seus religiosos em condições de manejarem as mesmas armas da cultura humanista e, ao mesmo tempo, quebrar o açambarcamento do ensino na Alemanha feito pelo protestantes, criando novos estabelecimentos católicos [...]. Assim, a fundação de estabelecimentos educacionais iria constituir, daí por diante, o fim principal dos jesuítas onde quer que pudessem se fixar de maneira estável” (Fülöp-Muler 1946: 444). Com a fundação do *Collegium Romanorum*, em 1550, estava constituído o centro de atividade pedagógica da Companhia de Jesus na Europa. O Colégio de Coimbra tinha a mesma função daquele, mas com a responsabilidade sobre o ensino nas missões ultramarinas. Na Índia, os jesuítas logo assumiram a direção de numerosos colégios: depois do Colégio de São Paulo, em Goa, seguiram-se as instituições de Cochin, de Deli etc.; no Japão, foram fundados colégios de Arima, Miyako, Katsusa, Amakusa e Nagasaki; na China, o Colégio de Macau tornou-se o fulcro da expansão do cristianismo no Extremo Oriente.

O pensamento medieval da escolástica, as aspirações humanistas da época e a afirmação da autoridade pela Igreja formaram o fundamento ideológico da *Ratio Studiorum*. Como método, a *Ratio* visava ao aproveitamento das quali-

dades pessoais dos alunos e, como programa, estava dividido em três períodos: o curso de letras humanas, o curso de filosofia e ciências (curso de artes) e o curso de teologia e ciências sagradas. A gramática (do latim) fazia parte do curso de letras humanas. A *De Institutione Grammaticae Libri Tres* (a 1ª edição é de 1572) do Pe. Manuel Álvares (1526-1583) tornou-se o manual recomendado na *Ratio* para o aprendizado do latim nos colégios da Companhia de Jesus.

Nas missões do Japão, o patrono da educação jesuítica foi o padre-visitador Alexandre Valignano (1539-1606). Na sua primeira missão ao Japão, entre 1579 e 1582, percebeu a importância da formação de jesuítas locais e desenvolveu a sua política de adaptação missionária, defendendo que os missionários deveriam estudar e falar fluentemente a língua local e conhecer os costumes. Valignano incentivou a construção de colégios e seminários e a publicação de diversos trabalhos sobre o Japão e sobre assuntos sacros, ao introduzir a máquina de imprimir de tipos móveis, da Europa, em 1590.

As publicações sobre assuntos sacros são traduções para o japonês de obras como *Guia do Pecador* (1599), *Doctrina Christiana* (1591), *Contemptus Mundi* (1596), *Compendium Spiritualis Doctrinae* (1596), *Salvator Mundi* (1598), *Aphorismi Confessariourum* (1603), *Manuale ad Sacramenta Ecclesiae Ministranda* (1605). Os anos entre parênteses das obras anteriores se referem à data da publicação das versões japonesas. Elas foram escritas no estilo literário da época (estilo chamado *bungotai*, em japonês) e impressas na grafia do alfabeto latino ou na grafia japonesa. As obras literárias foram reescritas para a língua oral e impressas na grafia do alfabeto latino. São elas *Feike monogatari* (*As narrativas de Heike*), de 1592, *Issopu monogatari* (*As fábulas de Esopo*), de 1593, e *Kinkushū* (*Coletânea de máximas*), de 1593. As publicações lingüísticas foram a versão japonesa do *De Institutione Grammaticae Libri Tres*, impressa em 1594, o *Dictionarium Latino-Lusitanicum ac Iaponicum* (1595), o *Racuyôxû*, um dicionário de ideogramas, publicado em 1598, o *Vocabulario da Lingoa de Iapam* (1603), a *Arte da Lingoa de Iapam* (1608) e a *Arte Breve da Lingoa Iapoa* (1620).

Nesse período de pouco menos de um século, portanto, os missionários registraram e descreveram a língua japonesa.

2. A produção lingüística missionária e as *Artes* do Pe. Rodrigues

Exporemos, a seguir, os motivos que levaram os missionários jesuítas a elaborarem registros e descrições do japonês e um rápido comentário da sua produção lingüística.

A investigação da língua japonesa que os jesuítas fizeram no 'século cristão' tinha a finalidade prática da catequese. Os missionários da recém constituída Companhia de Jesus foram os primeiros a chegar ao Japão e, devido, principalmente, aos três fatores seguintes, produziram obras de valor lingüístico, segundo Doi (1971: 1-2): (1) entenderam a necessidade de se aprender a língua local; (2) os missionários deslocados para o Japão possuíam perspicácia para a reflexão lingüística e (3) os missionários puderam contar com a cooperação dos fiéis japoneses.

Ainda conforme Doi (1971: 3), em uma lista da Companhia de Jesus de padres nas missões do Japão, há uma observação após o nome de cada um com identificação do nível de conhecimento da língua japonesa. Segundo essa lista, havia três níveis de habilidade: consegue ouvir confissões em língua japonesa; consegue pregar o evangelho na língua; e consegue escrever na língua. Como não se tem notícia de fiéis japoneses que tenham se tornado padres-confessores, essa função foi desempenhada pelos missionários europeus e, como o nível mínimo era conseguir ouvir confissões na língua japonesa, esses confessores deveriam compreender as variedades dialetais e a língua falada pela 'população baixa'. Os missionários responsáveis pela pregação, por outro lado, necessitavam saber falar a língua culta corretamente, condizente com a religião cristã que defendiam e de modo a não confundi-la com os dogmas do budismo. E, por fim, quando se intensificou a repressão do governo militar ao cristianismo, a partir de 1597, os sacerdotes tiveram que se valer também de 'panfletos' para a catequese, o que os obrigou a escrever em japonês. Assim, os sacerdotes cristãos no Japão deveriam distinguir entre a língua que deveriam conhecer e a língua que podiam usar. Por conseguinte, os manuais de gramática e dicionários deveriam ser normativos, tratar da língua culta e conter também observações sobre as variedades dialetais e a língua usada pela 'gente baixa'.

Desde muito cedo os jesuítas tinham elaborado artes de gramática da língua japonesa. Numa carta de 14/10/1564, Luis de Almeida (1525-1583) afirma que o irmão Duarte da Silva deixara um dicionário e uma gramática da língua japonesa. Uma outra carta, de Luis Frois (1532-1597), de 03/10/1564, dá notícia de que o irmão João Fernandez (1526-1567) fizera uma gramática contendo a conjugação de verbos e a sintaxe da língua japonesa, assim como um dicionário japonês-português e português-japonês. A vinda do padre-visitador, Alexandro Valignano, e a construção de colégios e seminários permitiram um grande avanço no estudo da língua japonesa, já que nessas instituições ensinava-se, além da língua latina, o japonês. Gaspar Coelho (?-1590) afirma que o Colégio de Bungo-Funai, após um ano de fundação, já possuía um manual de gramática e um dicionário do japonês (carta de 15/02/1582). O citado Frois reporta em sua carta-ânua de 01/10/1585 que, em 1585, foi concluído um dicionário japonês-português no seminário de Arima, julgado como o mais completo dos dicionários feitos pelos europeus.

O próprio Valignano fez considerações sobre a língua japonesa numa carta enviada ao Geral da Companhia de Jesus, de 28/10/1583, na qual apontou a complexidade das formas de tratamento, a diferença acentuada entre a língua escrita e a falada, ressaltando ser o japonês uma das línguas mais excelentes em elegância e abundância de formas de expressão. Valignano, na sua segunda visita ao Japão, em 1590, trouxe a máquina de impressão de tipos móveis da Europa, o que renovou a atividade missionária, assim como a dos estudos japoneses. Muitas obras em manuscrito foram impressas e houve novos estudos e novas produções. Procurando atender à necessidade de fazer os sacerdotes conhecerem a história do Japão, adquirirem os subsídios para a catequese e aprenderem a língua falada pelos japoneses, a imprensa jesuítica japonesa publicou, em um volume, a já citada tradução para a língua falada japonesa de *Feike Monogatari* (*Narrativas de Heike*, o original japonês foi, provavelmente, escrito na primeira metade do século XIII) transcrita em alfabeto latino, as *Fábulas de Esopo* e uma coletânea de máximas com notas explicativas na língua japonesa falada, *Kinkushū*.

Em 1598, saiu impresso o *Racuyôxû*, um dicionário de ideogramas de consulta pelo número de traços e também segundo a sua leitura chinesa e

japonesa. Em 1603, a imprensa jesuítica publicou o *Vocabulario da lingoa de Iapam com adeclaração em Portugues* e, por fim, em 1604 iniciou-se a impressão da *Arte da Lingoa de Iapam* que foi terminada em 1608. Antes dessas obras sobre a língua japonesa, foram publicadas duas obras de latim, a já citada *De Institutione Grammatica, libri tres. Conjugationibus accessit interpretatio Iaponica* (1594) e o *Dictionarium Latino-Lusitanicum, ac Iaponicum ex Ambrosii Calepini volumine depromptum* (1595).

Os missionários perceberam logo a existência de variedades dentro da língua japonesa. Segundo Doi (1982: 1-2), ao Pe. Francisco Xavier (1506-1522) causou estranheza o uso do sistema ideográfico de escrita da China. Era-lhe mais estranho, ainda, o fato de o mesmo conjunto de ideogramas ter realizações fonéticas completamente diferentes na China e no Japão. Xavier, porém, valeu-se desse fator 'exótico' na sua atividade de catequese. Notando o deslumbramento dos japoneses em relação à civilização chinesa, pensou que se conquistasse as almas dos japoneses e escrevesse o catecismo na grafia ideográfica poderia, conseqüentemente, utilizá-lo para a evangelização da China, e, uma vez conquistados os chineses para o cristianismo, reforçaria, por sua vez, a catequese no Japão. O Pe. Luis Frois (1993: 138), que desembarcara no Japão em 1563, também fez uma breve referência ao sistema de escrita do japonês: "Nós escrevemos com vinte e duas letras; eles com quarenta e oito no abc de *cana* e com infinitos caracteres em diversas letras". O 'cana' a que alude Frois é uma referência aos fonogramas kana e os 'infinitos caracteres' são os ideogramas. Os missionários consideraram a principal característica do ideograma o fato de um determinado ideograma possuir a leitura originariamente chinesa e uma outra japonesa. A primeira leitura chamam de 'coye' e a segunda, de 'yomi'.

Num relatório, o padre-visitador Valignano, provavelmente após ter colhido informações do próprio padre Frois que o acompanhou no Japão como tradutor em 1581-1582, mencionou a existência de uma linguagem dos nobres e uma linguagem das camadas populares, ou 'gente baixa'; uma linguagem dos homens e outra das mulheres; uma linguagem da fala e outra da escrita. Enfatizou, todavia, que o mais difícil na língua japonesa eram as ex-

pressões de tratamento as quais, segundo Valignano, explicariam a razão da superioridade da língua japonesa, opinião que, cerca de 20 anos depois, abandonou ao considerar tais expressões como aborrecedoras e empecilhos para a conversão das almas (cf. Doi 1982: 6).

Frois é quem, também, fez uma das primeiras observações sobre a existência de um sistema de expressões de tratamento na língua japonesa. Diz ele: “Nós pomos a honra nos nomes; o Japão a põe toda no uso dos verbos” (Frois 1993: 166) e “Em Europa procuram clareza nas palavras e fogem da equivocação; em Japão as equivocacões são a melhor língua e são as mais estimadas” (Frois 1993: 168). Na primeira citação, Frois refere-se, provavelmente, aos verbos propriamente de respeito, aos verbos auxiliares de respeito e às partículas formulativas de respeito. Na citação posterior, Frois emitiu um juízo de valor e mencionou a “equivocação” preferida pelos japoneses, referindo-se, aí, ao complexo sistema de linguagem de tratamento existente na época. De fato, a ascensão da camada guerreira ao poder traduziu-se num acentuado disciplinamento da sociedade como um todo e deu origem a rigorosas regras de comportamento (Doi 1982: 5), entre elas, a utilização de formas lingüísticas corretas para se dirigir a alguém, falar sobre alguém etc.

O padre-visitador Valignano acalentava o sonho de ver editados um manual de gramática japonesa e um dicionário plurilíngüe com modelo no trabalho de Ambrosio Calepino. Vimos que ele se tornou realidade pois foram impressos os trabalhos lexicográficos e gramaticais, os já citados.

Faremos, em seguida, uma pequena caracterização das Artes do Pe. João Rodrigues Tçuzu (1561-1633).

2.1 *Arte da Língua de Iapam (1608)*

É a primeira obra gramatical da língua japonesa elaborada na tradição gramatical européia. Entenda-se tradição, aqui, como “uma linha de pesquisa (ou de ensino) que se liga a uma obra particular ou a um conjunto de obras ou a quaisquer elementos de doutrina” (Swiggers 1991) nos termos da historiografia da lingüística contemporânea. Assim, a tradição lingüística da qual fez

parte o Pe. João Rodrigues é a da descrição gramatical para fins pedagógicos baseada na gramática da língua latina.

A *Arte da Lingoa de Iapam* faz parte da gramaticografia missionária jesuítica e o seu autor é conhecido como João Rodrigues Tçuzu entre os missionários da época. Tçuzu é a transcrição para o português quinhentista do vocábulo correspondente a intérprete em japonês.

A *Arte da Lingoa de Iapam*, como passou a ser conhecida, saiu publicada em 1608 mas, provavelmente, a primeira metade foi impressa em 1604, já que em seu frontispício apresenta esta data. O local de impressão é Nagasaki ('Nangasaqui'¹, na transcrição do autor), localizada na ilha sulina de Kyûshû.

Elaborada para o aprendizado dos missionários europeus, nela a língua de descrição é o português. A língua japonesa aí descrita – considerada como culta na época – era, primordialmente, o japonês falado na atual região de Kinki, onde se situa Kyoto, a capital do império até 1868. Contudo, o Pe. Rodrigues Tçuzu não deixou de anotar as variedades dialetais, as peculiaridades da linguagem escrita e algumas variedades socioletais. As citações e as exemplificações da língua japonesa estão grafadas em alfabeto latino, respeitando as regras de transcrição pensadas pelo próprio autor e pelos missionários anteriores a ele. Também conhecida por *Arte Grande* foi impressa em 240 fôlios, em frente e verso, totalizando 480 páginas.

Esta *Arte* foi elaborada para servir de subsídio aos jesuítas no aprendizado da língua japonesa, quando chegassem ao Japão para o seu trabalho de catequese e difusão da fé cristã, apresentando para isso 'regras, & preceytos que ensinão a falar certo, & com elegancia'. A maior parte da obra é dedicada à descrição da linguagem falada, sua fonética, e sua morfologia e sintaxe,

¹ Como o próprio Pe. Rodrigues Tçuzu aponta, as vogais tinham uma realização nasalizada no ambiente seguido de D, G e Z (ou Dz). Segundo Hashimoto (1969), o uso dessa leve nasalização teria sido regular na língua "dos cinco reinos do Goquinai e de Yechijen; Vacasa, Tamba, Vômi e Farima" (região que engloba a capital da época) que o Pe. Rodrigues Tçuzu elegeu a da língua culta (Doi, 1988: 59).

havendo, no entanto, alguns preceitos e notas também sobre a linguagem escrita.

A obra trata, de forma muito prolixa e difusa, dos vários aspectos da língua japonesa nos três livros de que é composta. Nota-se uma forte influência da gramática latina no Livro Primeiro, em que focaliza a morfologia e na primeira metade do Livro Segundo, em que aborda essencialmente a sintaxe. A partir da metade do Livro Segundo, que é também a metade do livro, a contribuição pessoal do autor quanto ao registro de aspectos mais característicos dessa língua é maior, pois ele se afasta de adaptações de padrões da gramática latina. Não só modifica a postura pela qual trata dos assuntos, como também seus temas.

Com relação à parte puramente formal, nessa segunda metade do livro, o Pe. Rodrigues Tçuzu começa a enumerar as 'partes da oraçam' a partir dos advérbios e sua ótica se torna mais normativa que descritiva. Com relação ao conteúdo, o autor passa a tratar de aspectos próprios da língua japonesa, como suas expressões de tratamento e a sua poética para, no Livro Terceiro, se ocupar da estilística e de 'curiosidades proveytosas'.

2.2 *Arte Breve da Língua Iapoa (1620)*

Segundo manual gramatical da língua japonesa, do mesmo Pe. João Rodrigues Tçuzu, essa obra foi impressa em Macau, em 1620. Caracteriza-se por uma melhor organização e sistematização na apresentação dos tópicos do assunto tratado, o que não ocorre na *Arte da Língua de Iapam*, na qual a abundância e a variedade das informações e regras causam 'confusam' aos que começam a aprender a língua japonesa.

O caráter descritivo das considerações feitas por Rodrigues, na sua primeira *Arte*, torna-se mais normativo na *Arte Breve da Língua Iapoa*. A idéia de lançar um resumo da primeira *Arte* já existia desde a época de sua publicação: "Posto que pera os que começam de nouo se farà hu extrato breue de todo este tratado pera que com a variedade de preceyto, & exposições se não achem confusos" (Rodrigues 1993[1620]: 14).

No Livro Primeiro, o Pe. Rodrigues Tçuzu informa as características principais da língua japonesa nas páginas da “Notícia geral da lingoa Iapoa” (Rodrigues 1993[1620]: 39), referindo-se às diferenças de estilo entre a língua escrita e a falada, às características gramaticais e aos usos da ‘honra, cortesia e humilhação’. Na seção “Do modo que parece mais acomodado pera aprender & ensinar esta lingoa” (Rodrigues 1993[1620]: 32-40) discorre sobre o ensino e a aprendizagem da língua para alcançar o objetivo da Companhia de Jesus, ou seja, que os missionários “... possam pregar aos Christãos e gentios, disputar, & tratar tudo quanto quiserem, & ainda compor com arzeoado estilo”. Esta preocupação com o ensino/aprendizagem da língua parece surgir do fato de que mesmo dentre os jesuítas vindos da Europa, acostumados a estudar uma língua com base em artes e preceitos, não eram muitos que “...fallassem como os naturaes, antes fallam quasi todos com muitas impropriedades, & aquirem certo habito de que se não podem ja emendar, nem ir avante na lingoa” (Rodrigues 1993[1620]). O padre-autor continua e atribui essa falha ao “modo & meynos pouco acomodados, que ouve em aprenderem”, e acrescenta “por onde aprendendo os nossos por arte com omodo, & meynos convenientes, sem duvida sairam em breve tempo com o intento da lingoa aperfeiçoandose nella” (Rodrigues 1993[1620]). Nota-se claramente, pelas passagens acima, a finalidade pedagógica e normativa deste manual.

Fruto de anos de reflexão, a preocupação, em tornar este tratado, um manual prático para o aprendizado da língua japonesa por principiantes vaza por todo o texto da *Arte Breve da Lingoa Iapoa*. Suas explanações pelos três Livros que a compõem são mais de ordem geral, concisas e metódicas, com uma disposição mais uniforme dos assuntos.

3. Registro e descrição das variedades do japonês

As variedades tratadas neste trabalho são as variedades dialetais e socioletais registradas ou descritas pelo Pe. Rodrigues Tçuzu.

A variedade eleita pelos jesuítas para o aprendizado e, conseqüentemente, para o seu registro e descrição em forma de artes gramaticais e dicioná-

rios, foi o dialeto da região de Kyoto, capital do Império na época, e aquele usado pelos *cugues*² (nobreza). A citação seguinte sintetiza essa eleição da variedade da capital:

SYNTAXIS he a composição certa, & ordenada das partes da oraçam entre si: aquella se deve ter por certa, & ordenada nesta lingoa, da qual usaram os autores graves, antigos, & modernos, que na lingoa de Iapão falam, ou escrevem pura, & elegantemente: & o modo corrente de falar aprovado, & recebido em todo Iapão da gente grave, & entendida em suas letras, mayormente a lingoa de **Miaco** usada dos **Cugues**, entre os quaes se conserva a pura, & elegante lingoa, & modo de pronunciar de Iapão; & não qualquer modo de falar, de que alguns dos naturaes usam impropriamente em diversos reynos, & lugares de Iapão, que tem varios abusos, & modos de falar improprios, que nesta lingoa sam vicio, e barbarismo. (Rodrigues 1976 [1603]: 173 [f. 83], grifos meus)

Nota-se que as variedades dialetais são consideradas ‘abusos’, ‘modos de falar improprios’ e que o critério de seleção da variedade de prestígio foi referendado pelos autores antigos e modernos que “escrevem pura & elegantemente”, no caso da linguagem escrita, e pelo uso das pessoas mais cultas, “gente grave, & entendida em suas letras, mayormente a lingoa de Miaco usada dos Cugues”.

Palavras semelhantes encontramos na parte intitulada “Sintaxi breve com alguns preceitos geraes pera começar a compor” (Rodrigues 1993[1620]: 192 [f. 59v]), na qual o Pe. Rodrigues Tçuzu reitera a autoridade da língua de ‘autores graves’ e ‘gente grave’ principalmente ‘a lingoa da corte vsada entre os Cughe’, assim como a necessidade de se evitar ‘os varios abusos, & modos de fallar improprios”.

A seguinte observação, no entanto, faz entrever um lingüista isento de atitudes normativas. Apesar de escolher a língua da capital (grafada Miyaco ou

² No *Vocabulario da Lingoa de Iapam* (1998 [1603]) temos “**Cugue**. *Familias dos nobres que serve(m) ao Dairi*” (p. 126 [f. 63v]). **Dairi**, por sua vez, é “Vô vcho. *Paços del Rei. As vezes se toma pello mesmo rei*” (p. 139 [f. 70]). Portanto, o *cugue* é a nobreza próxima à Casa Imperial.

Miaco pelos jesuítas) como a língua culta, merecedora de descrição, não deixou de ver nela algum ‘defeito’:

Posto que a lingoagem de Miyaco he a melhor, & a que se deve imitar nas palavras, & modo de pronunciar, a gente do Miaco nam deixa de ter algum defeito na pronunciaçam de certas syllabas. He comum pronunciam, Ii, pro, Gi, & pello contrario onde ande dizer, Gi, dizem, Ii. Vt, Fonji, por Fonji, & Ginen, por, linen, & Iiban, por, giban, Iiquini, por, Giquini, & dizem, Giuv, por Iuv. Vt, Cono juv, por Cono giuu. Item em lugar da syllaba, Zu, pronunciam, Dzu, & pello contrario em lugar de Dzu dizem, Zu. Vt, Mizu, por, Midzu, Mairadzu, por, Mairazu, &c. Isto he geral, posto que alguns avera que pronunciam bem. (Rodrigues 1993[1620]: 341-342 [f. 169-169v]) (grifo meu)

O *Vocabulario da Lingoa de Iapam* (1998 [1603]) não é explícito na escolha da variedade de Kyoto como a língua padrão mas, como veremos adiante, houve essa preocupação ao fazer notações no corpo das entradas.

3.1 As variedades dialetais

Na tradição lingüística japonesa, as variedades dialetais, denominadas de hōgen, não mereceram um estudo especializado e autônomo até o fim do século XIX. Desde a Antigüidade, tais variedades foram apenas registradas ou tratadas como fonte de estudo da língua antiga (em japonês, kogo) principalmente, nos manuais e trabalhos sobre a produção poética, os quais vinham sendo feitos desde a Era Chūsei (séculos XII a XVII). Essa falta de interesse ou preocupação parece dever-se ao fato de as variedades dialetais sempre terem sido consideradas inferiores aos dialetos dos centros político-culturais do Japão (Kato 1992).

Um dos primeiros registros das variedades regionais pode ser encontrado na coletânea poética chamada *Man'yōshū* (elaborada, provavelmente, em meados do século VIII reunindo cerca de 4.500 poemas produzidos desde o início do século V até o ano 759). No volume 14 estão compilados 230 poemas denominados *azuma-uta*, isto é, poemas (do reino) de Azuma (Maeda 1992). Azuma era a denominação da região oriental do Japão onde fica atual-

mente a capital, Tóquio. O último volume, 20, da mesma coletânea possui 93 poemas denominados *sakimori-uta*, ou seja, poemas dos guardas de fronteira. Esses guardas protegiam as terras de regiões distantes da capital Kyoto, como por exemplo, os reinos de Azuma.

Outra obra que registra, embora em pequena quantidade, a variedade dos reinos de Azuma é *Hitachi-no Kuni Fudoki* (*Topografia dos Reinos de Hitachi*, elaborada entre os anos 717 e 724) (Miki & Fukunaga 1981).

Os ideogramas que formam a palavra *hōgen* e a própria palavra têm origem chinesa e foram utilizados com a acepção de variedade dialetal no início da Era Cristã na China. Num livro didático para ensino elementar denominado, ao modo japonês moderno de pronunciar tais ideogramas, *Yōshi Hōgen*, o autor, Yōyū (53aC-18), reúne vocábulos antigos que se conservaram nas variedades dialetais de sua época.

Na *Arte da Língua de Iapam*, a atenção para a variedade dialetal aparece principalmente na parte que tratou da pronúncia, e portanto, da língua falada.

Doi (1971) afirma que as notações sobre as variedades dialetais e também sobre a variedade popular (chamada de falada pela ‘gente bayxa’ pelos missionários) visavam à compreensão das confissões dos fiéis (que poderiam ser ‘gente bayxa’) mas que, para a catequese, os missionários deveriam utilizar a variedade culta usada pelos ‘Cugues’. Diz o Pe. Rodrigues Tçuzu (1976 [1608]: 65 [f.26]): “Em algumas partes do Ximo: (fala-se) Agueji, yomaji, narauaji, futuro da escritura, **os tres modos I falar são bayxos, pello que não devemos imitar pera fallar por eles, mas sabelos pera os entender**” (grifo meu).

A seguir (Quadro 1), apresentamos a divisão política do Japão da época, recolhida e organizada a partir da *História da Igreja do Japão* (Rodrigues 1954, 1955 [1620-1633]). As regiões grifadas são localidades cujas variedades foram, de alguma forma, descritas na *Arte da Língua de Iapam*.

Quadro 1: Organização das províncias e reinos do Japão dos séculos XVI e XVII a partir da *História da Igreja do Japão* (grifos meus)

1ª ilha	Província de Kinai	Yamaxiro ou Jôxû Cavachy ou Caxu Tçuno cuny ou Xettçu ou Xexxû	Yamato ou Vaxu [Vaxû] Yzumi ou Xenxû
	Província de Tôcaido (Quantô ou Bandô)	Yga ou Yxû Xima ou Xixû Micava ou San xu [Sanxû] Suruga ou Xun xû Idzu ou Tôxû Musaxi ou Boxû Cadzusa ou Soxû Fitachi ou Joxû	Yxe ou Xeixû Voary Totomy [Tôtomy] ou Yexnu [Yenxû] Cay ou Cõxû Sagamy ou Soxû Ava ou Boxû Ximôsa ou Sõxû
	Província de Toxendo	Vômý [Vomy] ou Goxû Fida ou Fixû Codzuke [Códzuke] ou Jôxû Mutçu ou Voxû	Mino ou Gheoxu [Geõxû] Xinano ou Xinxu [Xinxû] Ximotcuque [Ximotçuque] ou Iaxû [Yanxû] Deva ou Vxû
	Província de Focuro cudo [Focurocudo]	Vacasa ou Jacuxu [Jacuxû] Caga ou Caxû Yecchu [Yecchû] ou Yexxu [Yexxû]	Yechisen [Yechijen] ou Yexxu [Yexxû] Notto [Noto] ou Noxu [Nõxû] Sado ou Saxû ou Sadojima
	Chûgocu [Chugocu]: Província de Xenyodo	Farima ou Banxu [Banxû] Bisen [Bijen] ou Bixû Bigo (Bingo) ou Bixû Suvo ou Xûxû	Mimasaca ou Sanxu [Sanxû] Bicchû ou Bixû Aki ou Keixu [Gheixû] Nagato ou Choxû
	Chûgocu [Chugocu]: Província de Xenindo	Tamba ou Tanxû Tasima [Tajima] ou Tanxu [Tanxû] Foki ou Faccuxû Yuami ou Xekixu [Xekixû]	Tango ou Tanxu [Tanxû] Ynata ou Ynxu [Ynxû] Idzu [Idzumo] ou Vnxu [Vnxû] Voky ou Vonxu [Vonxû]
2ª ilha (Kiuxu)	Província de Saycaido	Chicuven ou Chicuxu [Chicuxû] Bujen ou Tôxû [Fõxû] Figen [Fijen] ou Fixu [Fixû] Fiunga [Fiûga] ou Nixû [Nixxû] Satçuma ou Saxxû Ilha de Tçuxima ou Taixû	Chicúgo ou Chicuxu [Chicuxû] Bugo (Bungo) ou Foxu [Fõxû] Figo ou Fixu [Fixû] Vosumy [Võsumy] ou Guxû Yki ou Yxû
3ª ilha (Xicocu)	Província de Nancaydo	Kinocuny ou Kixu [Kixû] Ava ou Axu [Axû] Yyo ou Yoxu [Yoxû]	Ilha de Avagi Sanuki ou Sanxu [Sanxû] Tosa ou Toxû

Nota 1: Há diferenças nas formas de grafar entre a *Arte da Lingoa de Iapam* e a *História da Igreja do Japão*. Encontra-se entre colchetes a forma grafada na *Arte*: Gokynay [**Goquinai**], Kiokj [Kiovkj] ou Kinky: 1. Yamaxiro [Yamaxiro] está Miyaco; 2.

Yamato ou Vaxu [Vaxû]; 3. Cavachy ou Caxu [Caxû]; 4. Ydzumi ou Xenxû; 5. Tçuno cuny ou Xexxû

Nota 2: A transcrição está conforme a regra de transcrição do próprio autor. Em negrito são as províncias e reinos cujos dialetos regionais foram descritos na *Arte da Lingoa de Iapam* (1976 [1608]).

Para a análise das variedades do japonês na *Arte da Lingoa de Iapam*, realizamos um levantamento das descrições feitas pelo Pe. Rodrigues Tçuzu e as colocamos num quadro, separando-as conforme a localidade e o nível lingüístico tratado, como se vê a seguir.

Quadro 2: Exemplo de levantamento das variedades dialetais na *Arte da Lingoa de Iapam*

Região	Variações no nível	
BUNGO	Fonético-Fonológico	“...fazem o Firogari demasiado, & tem no falar, hum sonsonete muy conhecido, & auilanado ...E, & O, antes do I, o mudam em, i, Vt, Rei, dizem, Rij, por, Fei, Fij, Yoi, Yij, por Fijqui, Feiqui, & assi nas demais palavras semelhantes. E o que se pronuncia com, I, elles dizem, Ei. Vt, Missa, Meissa, Lino, Leino, Catarina, Catareina.” (Rodrigues 1876[1608]: f. 169v, 342)
	Morfológico	“Vsam do verbo negativo, Zaru, como no Chu gocu, Vt, Narauazatta, aguezattareba, Xezatta.” (Rodrigues 1976[1608]: f. 169v, 342)
	Lexical	“Em todos os verbos, nas honras em lugar de, Vomairiaru, mairaruru, dizem Mairixaru, Cuixatta, Xixatta, Yomixatta, Iyxatta, &c. Posto que tambem usam, de Vomairiaru. &c.” (Rodrigues 1976[1608]: f. 169v, 342)

O Quadro 3 seguinte é um quadro-resumo que nos dá o número de ocorrências das descrições das variedades do japonês na mesma *Arte da Lingoa de Iapam*.

Quadro 3: Quadro-resumo do número de descrições das variedades dialetais do japonês na *Arte da Língua de Iapam*

Região	Ocorrência de variações no nível	
CHUGOCU	Fonético- Fonológico	1
	Morfológico	2
BUNGO	Fonético-Fonológico	4
	Morfológico	1
	Lexical	1
FIJEN, FIGO, CHICUGO	Fonético-fonológico	1
	Morfológico	4
CHICUJEN, FACATA	Fonético-fonológico	1
XIMO	Fonético-fonológico	2
	Morfológico	8
	Lexical	1
BIJEN	Fonético-fonológico	1
	Morfológico	2
MI(Y)ACO	Fonético-fonológico	2
	Morfológico	4
GOQUINAI	Fonético-fonológico	1
QUANTÔ, BANDÔ	Fonético-fonológico	2
	Morfológico	11
	Lexical	1

Pelas anotações feitas por Rodrigues (1976[1608]), percebe-se a valoração baixa ou negativa dada às variedades dialetais de regiões não pertencentes ao Cami, que são, conforme o Quadro 1, os cinco reinos da província de Goquinai, sendo, hoje, a região onde se localiza Kyoto:

- I. “excedem no Firogaru, abrindo demasiadamente a boca” (Chugocu)
- II. “fazem o Firogaru demasiado, & tem no falar, hum sonsonete muy conhecido, & avilanado” (Chugocu)

- III. “na pronunciaçam com certo sonsonete muyto roin.” (Fijen, Figo, Chicugo)
- IV. “Tem hum grande abuso” (Chicujen, Facata)
- V. “A voz acabada em Ro, he propria deste lugar, posto que he algum tanto bayxa, & mais usada no Ximo” (Ximo)
- VI. “Em algumas partes do Ximo: Agueji, yomaji, narauaji, futuro da escritura, os tres modos I falar são bayxos” (Ximo)
- VII. “No Bandô entre a gente bayxa e no Ximo principalmente no reyno de Figen, Figo, Satçuma, Fiuga, &c., he muyto usada por marasuru, mas he modo muyto baixo. Vt” (Bandô e Ximo [Figen, Figo, Satçuma e Fiuga], nesta e nas citações acima grifos meus)

Na *Arte Breve da Lingoa de Iapam*, devido às suas características mais normativas, o Pe. Rodrigues Tçuzu deixou de registrar muitas variedades dialetais, detendo-se nas mais marcantes, as da região de Quantô (região oriental, onde se localiza hoje Tóquio). Elas refletem as novas mudanças que se operavam na língua japonesa, como resultados de vários fatores, entre os quais, o estabelecimento de uma nova ordem político-administrativa e a mudança do centro político-cultural para Edo, antiga denominação de Tóquio.

A referência que faz das variedades de Fijen e a Chûgocu, Bungo, Chicujen informa indiretamente que a região ocidental continuava o palco das atividades jesuíticas: “E que estas vozes sejaõ de futuro, & delle se formem, se vê em alguãas partes do Iapaõ, onde a inda agora vsaõ do futuro do indicatiu com a particula, *Ba*, que propiamente he, *Va*, alterada, como he no *Fijen*, onde dizem” (Rodrigues 1993[1620]: 83 [f. 22]) e “A voz negatiua em, *Zaru*, tem sua raiz, *Zari*, & vai polla segunda conjugaçam affirmatiua por todos os tempos, & modos; serue principalmente na escritura, & em algumas terras particulares. ss. *Chûgocu, Bungo, Chicujen*” (Rodrigues 1993[1620]: 113 [f. 32v]).

O *Vocabulario da Lingoa de Iapam*, por sua vez, apenas registra as variedades dialetais e socioletais. No seu prólogo faz ‘advertencias necessarias pera o uso (do *Vocabulario*)’ e diz como marcou as variedades, ou seja, destacando

os vocábulos que eram de uso na região de Cami³, nas proximidades da capital, Kyoto, ou de Ximo⁴, uma região a sudoeste da ilha principal, Honshû, a ilha de Kyûshû.

Ordinariamente quando o uso da palaura nas parte do *Cami* he diferente do de câ, destes reinos do Ximo, ou de outras partes, dizemos no *Cami* se diz, assi, ou se vsa desta maneira, &c. Quando somente se vsa neste *Ximo*, pomos no cabo da palaura, ou na declaração della hum, X. Quando nem em todo *Ximo*, nem em todo o reino de Iapão o sentido he corrente, pomos, (alicubi). (Cia. de Jesus (1998[1603]: iv)

Na época, a região sudoeste, localidade em que se fundou a missão jesuítica e onde havia maior número de convertidos, assim como de estabelecimentos eclasiásticos (igrejas, colégios e seminários), era denominada Ximo em oposição a Cami, correspondente à região da capital Kyoto onde se encontrava a sede do governo imperial.

Seguindo a notação dada no prólogo, levantamos e organizamos as variedades dialetais e resumimos na tabela abaixo. A notação ‘Ximo’ ou ‘X’ e ‘Cami’ aparece sob várias formas. O número entre parênteses no final de cada exemplo é o número de ocorrências no *Vocabulario* para o recurso de notação adotada (grifos meus).

³ E, “**Cami**. *Parte superior, ou ainda Senhor ou Senhora*” (p. 68 [f. 34v]).

⁴ No *Vocabulario da Lingoa de Iapam*. “**Ximo**. *Parte inferior; e também Estas ilhas, ou reinos do Oeste*” (Cia. de Jesus 1998[1603]: 603 [f. 302]).

Tabela 1: Notações de variação lingüística e número de suas ocorrências no *Vocabulário*

descrição da nota-ção	Exemplos	nº de ocorr.
Afirmando “no Ximo se diz” ou “no Cami se diz” destaca-se a forma utilizada na respectiva região	Abura. <i>Azeite, ou oleo</i> . Aburauo xiboru. <i>Fazer azeite</i> . Abura de aguru. <i>Frigir com azeite</i> . Aburaga ximu. <i>Fazer nodoa o azeite, ou penetrar</i> . No Ximo diz . Aburauo fumuru. <i>Fazer azeite</i> . (Cia. de Jesus 1998[1603]: f. 2v)	30
	Cabuxeva. <i>Rodilha, ou pano que poem sobre a cabeça pera leuar algum pezo</i> . No Cami se diz Va. (Cia de Jesus 1998[1603]: f. 29v)	39
A letra “X” indica que a forma é utilizada somente na região de ‘Ximo’	Auome, uru, eta. I. Auoideni suru. <i>Cozer levamente cruas, &c. X. Item, Tingir de azul</i> . (Cia. de Jesus 1998[1603]: f. 16)	67
Quando, para uma forma dada o significado é outro numa outra região utilizou-se “No Ximo é ...” ou “No Chûgocu (é)...”	Asari, ru, atta. <i>Buscarem os passaros seu comer esgarauatando com os pès, ou com o bico</i> . Vt, Mizzutorino asaru. <i>Os passaros dágua buscão seu comer. Não se dira dos passarinhos, mas somente das galinhas, Qijis, &c. Item, Permet. No Ximo revolver com a mão trigo, ou arroz, &c. que se poem ao sol, linhas a que se torra ao fogo, &c.</i> (Cia. de Jesus 1998[1603]: f. 13v)	16
	Fanxi. <i>Carta assinada em branco. Item, No Chûgocu papel em que o Yacata escreue cartas</i> . (Cia de Jesus 1998[1603]: f. 80)	1

3.2 Variedades socioletais

Identificamos a variedade falada pela camada baixa da população japonesa, em oposição à fala dos nobres adotada como variedade descrita, e a falada pelas ‘mulheres’ por se encontrarem bastante evidentes na documentação pesquisada.

Levamos oito ocorrências de descrições que registram aspectos morfossintáticos do falar do ‘modo de falar baixo’ ou da ‘gente baixa’ na *Arte da Lingoa de Iapam*, como o exemplo abaixo:

Outra voz ha muyto baixa, & que quasi se não usa, que he mudando o derradeyro ô, do preterito, em, O. Vt, Agueto, Yôdo, Naroto. A voz, Agüena, **he muyto baixa**: Quixena. Mixena. Mesarena, &c. por iso a não pusemos nas conjugações. (f. 26 [p. 65], grifo meu)

Seis ocorrências fazem referência ao léxico, como se observa na exposição do Pe. Rodrigues Tçuzu:

TABVRU ... Vsase deste verbo falando de si, ou de outro baixo, honra & mostra respeito à pessoa com quem fala. Cui, Cu , **he baixo**, & descortes. (Rodrigues 1976[1608]: f. 166v, 336, grifo meu)

São cinco as referências ao ‘modo de falar baixo’ que correspondem a algumas expressões como em:

Este modo de falar he muy usado pera gente bayxa, & de pessoa honrada pera bayxa, **por que não mostra imperio, mas certo mode de brandura**. Vt, **Maitte curei, i, maire. Xite curei. Caite kurei. Rogote, que fazes esto, &**” (Rodrigues 1976[1608]: f. 14 , 41, grifo meu)

Neste levantamento, notamos que os ‘modos de falar baixos’ estão associados às variedades dialetais, como nas descrições abaixo (os grifos são meus):

- I. “A voz acabada em Ro, he propria deste lugar (do Ximo), posto que he algum tanto bayxa, & usada no Ximo,”
- II. “Em algumas partes do Ximo; (fala-se) Agueji, yomaji, narauaji, futuro da escritura, os tres modos, I, falar são bayxos, pello que”
- III. “No Bandô entre a gente bayxa & no Ximo principalmente no reyno de Figen, Figo, Satçuma, Fiuga, &c. he muyto usada por Marasuru, mas he muyto bayxo”

No *Vocabulario da Lingoa de Iapam* (Cia. de Jesus 1998[1603]) utiliza-se a letra ‘B’, como é explicado no prólogo, para elucidar o uso entre a camada mais baixa da população. Aparece, também, a notação “se usa entre gente baixa” e “He palavra baixa” mas, apenas, por duas vezes. São dezesseis entradas com tais notações, como na entrada exemplificada a seguir:

- IV. “Amoto. Lugar donde hum he natural, ou casa onde mora, &c. Vt, Amoto aru monogia. &c. Amoto fumoto. Idem. **B.**” (grifo meu)

No *Suplemento do Vocabulario da Lingoa de Iapam* encontramos 12 entradas com a notação B, de ‘gente baixa’ ou ‘palavra baixa’.

É rara a associação desta com variedades dialetais. Encontramos apenas duas no *Vocabulario da Lingoa de Iapam*:

- V. “Vdomi, u, oda. Mugir o boy, ou vaca. X. B.” (X=Ximo)
VI. “Xiuocubi. Lugar da vatea da lança junto do ferro: no Cami se usa entre gente baixa.”

Quanto à notação ‘pera molheres’, na *Arte da Lingoa de Iapam* a encontramos apenas em duas passagens de descrição da linguagem das mulheres e se referem ao pronome, ao estilo e às interjeições (grifo meu):

- VII. “Vagami. Midzucara. Varaua. *Eu pera molheres*”
VIII. “*Em cartas de molheres se usa de Mairaxe soro. Vt, Aguemairaxe soro, Yomimairaxe soro, em lugar de Moxi soro.*”

A *Arte Breve da Lingoa Japoa* contém apenas um registro:

- IX. “Pronomes mais corre(n)tes pera primeiras pessoas. ... *Midzucara. Varaua. Vagami. Eu, de molheres.*” (Rodrigues 1993[1620]: f. 56, 183, grifo meu)

No *Vocabulario* e no seu *Suplemento*, a notação utilizada é “(He) palavra de molheres” e muitas dessas entradas são vocábulos que se referem a alimentos. Rara é a explicação de uso dialetal e de tratamento.

- X. “Sasanomi. I. saqueno casu. Bagaço que fica de pois de espremer o vinho. He palavra de molheres baixas.”

XI. “Yorocobi, u, ôda. Item, Couo yorocobu. I. Yorocobiu suru. Parir. He modo de falar das mulheres no Cami.”

XII. “Vomoxi. Miso: Palavra de mulheres falando com respeito dalguem.”

No *Vocabulario da Lingoa de Iapam* são dezesseis entradas dessa natureza e no *Suplemento do Vocabulario da Lingoa de Iapam*, treze.

Nota-se a grande quantidade, neste levantamento, de vocábulos iniciados por ‘vo’ os quais, na verdade, apresentam um prefixo nominal indicador de respeito ou polidez, já que era entendido pelos missionários como incorporado ao léxico, como em

XIII. “Vomana. Peixe. Palavra de mulheres”. (grifo meu)

4. Considerações finais

No Japão, encontram-se na literatura autóctone os primeiros registros das variedades dialetais e socioletais desde o século XII, em notas explicativas de obras como *Kojiki (Registro de Coisas Antigas, 712)* e *Nihon Shoki (História do Japão, 720)*. Nelas, o vocábulo *zokugo* [língua vulgar] indicava os dialetos que não pertenciam à região da capital, Kyoto. O estigma da inferioridade desses dialetos regionais resistiu por séculos, testemunhado em várias obras como *Genji monogatari [Narrativas de Genji, c. 1.007]*. Foi somente no século XVII, quando o país alcançou a paz, que se verificou, nesta tradição, o interesse pelo estudo dessas variedades. Em *Katakoto* (1650), o haicaísta Sadamuro Yasuhara (1610-1673) recolheu e explicou os vocábulos das zonas rurais, os vocábulos vulgares, os vocábulos “errados”, opondo-os ao dialeto de Kyoto, considerado ainda a língua padrão (Miki & Fukunaga 1981).

Não por acaso, pois, quando chegaram ao Japão, em meados do século XVI, os comerciantes ibéricos e seus parceiros espirituais, os missionários jesuítas, surpreenderam-se, a um tempo, não apenas com a sofisticação da cultura japonesa, mas também com a diversidade lingüística e com a belicosidade dos senhores feudais que se encontravam em incessante guerra pela unificação e dominação do país.

Talvez por essa razão, diferentemente do que teria se passado na América, a *Arte da Lingoa de Iapam* descreveu não apenas a variedade da língua japonesa escrita e falada na região de Kyoto, mas também fez constantes referências às variedades usadas em alguns outros reinos, notando as diferenças entre elas, na pronúncia e no uso de alguns morfemas gramaticais e lexicais.

As *Artes* do Pe. João Rodrigues Tçuzu também fazem menção às variedades socioletais do japonês e opõem a variedade privilegiada pelos ‘cugues’ [nobres] à falada pela ‘gente baixa’. Mas tal e qual a tradição autóctone, as *Artes* também privilegiaram a variedade da capital, Kyoto, utilizada pelos ‘cugues’, no sentido de reiterar que esta deveria ser a variedade a ser aprendida. A fala da ‘gente baixa’, assim como as variedades dialetais que continham ‘abusos no falar e no pronunciar’, foram registradas apenas para serem reconhecidas como tais pelos missionários, que não deveriam reproduzi-las, mas apenas serem capazes de compreendê-las na medida das necessidades das suas práticas confessionais.

No *Vocabulario da Lingoa de Iapam* a sensibilidade às variedades se traduziu por observações como “no Cami fala-se ” ou “no Ximo fala-se ”; “B. (de ‘gente baixa’)”; “Palavra de molheres”, mas em razão de o nível lexical ser o lugar preferencial de registro das variedades lingüísticas, não se explicita nele uma atitude padronizadora.

A motivação missionária, pedagógica e pioneira da descrição do japonês na tradição européia favoreceu o registro de apenas uma das variedades observadas, no caso aquela que consideravam a língua culta, o que não quer dizer que especificidades dialetais, ou mesmo socioletais, não fossem percebidas. Como vimos, em várias passagens das duas *Artes*, foi possível destacar trechos que alertam para algumas diferenças na pronúncia, na morfossintaxe ou no léxico da variedade sob descrição. Analogamente, o *Vocabulario da Lingoa de Iapam* registra mais de uma forma quanto ao uso, documentando as variações dialetais de tratamento, de gênero, de camada social e entre língua falada e escrita. A variedade da língua japonesa preferencialmente compilada e descrita pela literatura missionária e ‘reduzida a regras’, portanto, foi aquela percebida como sendo a culta, usada pela ‘gente grave’.

O registro, embora prolixo mas abundante e sistemático, das formas e expressões de tratamento nas *Artes* corrobora a atitude padronizadora da gramática missionária, pois a elegância e a honra vistas como características dessas expressões estavam associadas à língua culta.

Referências bibliográficas

Fontes primárias

Companhia de Jesus. 1998 [1603]. *Vocabulario da Lingoa de Iapam*. Organização e notas de Shigenobu Ôtsuka. Ôsaka ['Nangasaqui']: Seibundô [Companhia de Jesus].

Rodrigues, João. 1976 [1604-1608]. *Arte da Lingoa de Iapam*. Edição fotocopiada com notas e comentários de Tadao Doi e Ken Mihashi. Tóquio ['Nangasaqui' (1561-1633)]: Benseisha [Companhia de Jesus].

_____. 1993 [1620]. *Arte Breve da Lingoa Iapoa*. Edição transcrita acompanhada de fotocópia e tradução para a língua japonesa de Hiroshi Hino. Tóquio[Amacao]: Shin-Jinbutsu-Ôrai-sha Co. Ltd. [Companhia de Jesus].

Fontes secundárias

Boxer, Charles Ralph. 1989 [1978]. *A igreja e a expansão ibérica (1440-1770)*. Tradução de Maria de Lucena Barros e Sá Contreiras. Lisboa: Edições 70.

Catz, Rebecca. 1983. *Cartas de Fernão Mendes Pinto e outros documentos*. Lisboa: Editorial Presença e Biblioteca Nacional.

Doi, Elza. 1988. "Arte da Lingoa de Iapam e Arte Breve da Lingoa Iapoa, de Pe. João Rodriguez: a pronúncia do Japonês e a ortografia". *Estudos Portu-Africanos*, v. 2. Campinas: jan./jun. de 1988.

Doi, Tadao. 1971. *Kirishitan Gogaku-no Kenkyû (Pesquisas sobre a Lingüística Missionária)*. Tóquio: Sanseidô.

_____. 1982. *Kirishitan Ronkô (Estudos (sobre documentos) cristãos)*. Tóquio: Sanseidô. p. 483.

- Frois, Luis. 1993. *Tratado em que se contém muito sucinta e abreviadamente algumas contradições e diferenças de costumes entre a gente de Europa e esta província de Japão*. Com apresentação de José Manuel Garcia e fixação de texto e notas de Raffaella D'Intino. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- Fülop-Muler, René. 1946. *Os jesuítas – seus segredos e seu poder*. Rio de Janeiro/Porto Alegre: Edição da Livraria do Globo.
- Harnish, Wolfgang Hoffmann. 1980. “Introdução”. Sepp, Antonio, S.J. *Viagem às missões jesuíticas e trabalhos apostólicos*. São Paulo: Editora Itatiaia e EDUSP, p. 17-62
- Kato, Masanobu. 1992. “Hôgenshi (História das variedades dialetais)”. Sato, Kiyoji (org.) *Kokugogaku Kenkyû Jiten (Dicionário de Pesquisa da Língua Vernácula)*. Tóquio: Meiji Shoin. 8ª ed. p. 370-371.
- Maeda, Tomiki. 1992. “Tôgokugo (Língua dos Reinos Orientais)”. Sato, Kiyoji (org.) *Kokugogaku Kenkyû Jiten (Dicionário de Pesquisa da Língua Vernácula)*. Tóquio: Meiji Shoin, 8ª ed. p. 368-370.
- Miki, Yukinobu & Fukunaga, Shizuya. 1981. *Kokugogakushi (História dos Estudos da Língua Vernácula)*. Tóquio: Kazama shobô. 7ª impressão.
- Rodrigues, João. 1954. *História da Igreja do Japão, vol. I, Notícias de Macau*. Organizado por João do Amaral Abranches Pinto. Coleção Notícias de Macau XIII.
- _____. 1955. *História da Igreja do Japão, vol. II, Notícias de Macau*. Organizado por João do Amaral Abranches Pinto. Coleção Notícias de Macau XIV.
- Sette, Luiz Paulo Lindenber. 1991. *A revolução samurai*. São Paulo: Massao Ohno Editora e Aliança Cultural Brasil-Japão.
- Swiggers, Pierre. 1991. “La tradition de l’*Ars* de Donat et les premiès grammaires vernaculaires du français: um moment de conversion”. Dahmen, Wolfgang et al. (org.). *Zur Geschichte der Grammatiken romanischer Sprachen*. Tübingen: Narr, 139-139.